

# 011

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

SESSÕES TEMÁTICAS



# INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Késsia Fernandes da Costa Rolim (UFCA)**

**Maria Mirelly da Costa Silva (UFCA) Tatiana Cristina Dias Gama Nunes (UFCA)**

**Gabriel Munguba de França (UFCA) Francisco Ranieri Moreira da Silva (UFCA)**

## INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere no debate sobre as problemáticas urbanas contemporâneas alinhadas pelo acentuado aumento da urbanização, bem como seu alargamento para áreas de preservação ambiental. Propõe a criação de um fórum permanente de educação ambiental como instrumento de articulação de atores e de efetivação de ações e políticas públicas na zona de conservação da Apa do Araripe, no município do Crato-CE, investigando as condicionantes para a sua estruturação, bem como as possibilidades e desafios de atuação.

Convém ressaltar a importância estratégica da Apa da Chapada do Araripe para o território onde está inserida, tornando relevante o seu delineamento. A referida APA foi ratificada em 04 de agosto de 1997, estendendo-se pelos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Se estabelecimento centrou os objetivos de proteção e conservação de sua fauna e flora e sítios cênicos, visando, por fim, o equilíbrio entre este o turismo, o trabalho científico e a cultura. Para além disso, é notória a percepção da eficácia desde a instauração desta área de preservação ambiental no que se refere ao combate da degradação ambiental local. Em contraponto, ressalta-se a fragilidade dos instrumentos de conservação e fiscalização, tendo em vista o quadro de ocupação irregular da Apa, resultante, sobretudo da expansão urbana e especulação imobiliária observadas no município do Crato-Ce.

Nesse conjunto, compreende-se que a Apa da chapada do Araripe não está, de fato, implementada, tornando profícua a análise e identificação de alternativas que contribuam para a modificação deste quadro. De acordo com o Lins (2009), a necessidade de preservação do ecossistema e das espécies perpassam as gradativas ocupações aferidas pelo homem, nesse cenário, a autora atribui as APAs à potencialidade de implementação para a preservação no país. Tornando fundamental à implementação das APAS já institucionalizadas, ao invés de criar outras unidades. Conforme dialoga Lins (2009), “seria interessante que as já implementadas pudessem cumprir com os objetivos para as quais foram criadas, quais sejam: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

Por esse sentido, o estudo delinea-se buscando compreender essa realidade, juntamente a suas causas e consequências. Parte-se da consideração sobre instrumentos de ação pública oferecida por Lascoumes e Le Galès (2012, p.21), que os definem como dispositivos ao mesmo tempo técnicos e sociais que organizam as realções entre Estado e sociedade. A proposta contida neste texto, de construção de um Fórum Permanente de Educação Ambiental, se constitui como um mecanismo de aproximação e interlocução entre atores distintos – públicos, privados e societais – a fim de fortalecer ações de educação ambiental que contribuam para as políticas de proteção ao meio ambiente preconizadas pela Apa da Chapada do Araripe.

Além desse quadro central, adotou-se questões transversais a fim de alcançar uma resolução assertiva, configurada pelas noções de participação social e governança democrática, compreendendo o papel contemporâneo do compartilhamento de responsabilidades entre Estado e sociedade civil no trato das demandas, necessidades e problemas de pública relevância.

Considera-se ainda que esta problemática não afeta apenas os moradores da região, tendo sua magnitude em uma escala mais ampla. É nesse sentido, que o fórum foi pensado almejando a promoção da educação ambiental no município do Crato e, conseqüente sensibilização da sociedade para os problemas que envolvem as áreas de proteção ambiental do município, visando, por fim, uma mudança comportamental e uma adoção de práticas sustentáveis ao uso e ocupação da APA, seja por meio da aproximação dos atores locais/regionais que atuam ou impactam o objeto temático do fórum, e ainda por meio da viabilização de ações conjuntas.

Ademais, ressalta-se o potencial de transformação oferecido pela educação ambiental. Assim, é proposto o fórum tendo como ênfase o respeito à horizontalidade e as prerrogativas democráticas, buscando a integração de todos os setores da sociedade. Dessa forma, a consolidação do instrumento se configura como um pilar da atuação dos atores envolvidos no processo, emancipando a sociedade para uma nova perspectiva ambiental.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Os instrumentos de política pública são definidos por Secchi (2014) como meios para a transformação das intenções de política pública em ações para o enfrentamento do problema público. O autor avança ainda na identificação de algumas tipologias de instrumentos, sendo mais utilizada a categorização que considera a existência de três instrumentos, quais sejam: coerção (stick), premiação (carrot), e sermão (conscientização). Amorim e Boulosa (2013) chamam atenção para a existência de outras abordagens teóricas dos instrumentos de políticas públicas, para além da abordagem mais funcionalista, embora esta ainda seja privilegiada na análise de políticas públicas.

As considerações de Amorim e Boulosa (2013) guardam aproximação com os postulados de Lascoumes e Le Galès (2012), para quem os instrumentos de ação pública não são neutros e carregam em si, além de um componente técnico, uma dimensão sociopolítica portadora de conteúdo. Nesta perspectiva, os autores definem instrumento como “um dispositivo técnico com vocação genérica portador de uma concepção concreta da relação política/sociedade e sustentado por uma concepção da regulação” (LASCOURMES e LE GALÈS, 2012, p.22).

Com o direcionamento do instrumento de política pública para o estabelecimento de um fórum permanente, viu-se a necessidade de estender a visão para além das amarras conceituais do referido instrumento. Assim, buscou-se entender as possibilidades da participação social na implementação de políticas públicas, atrelado ainda às novas habilidades da governança pública. Para tanto, Diegues (2012) e Arns (sem data), nos forneceram o aporte necessário acerca das questões particulares do fórum e como já mencionado, das possibilidades de estabelecimento deste.

Segundo Diegues (2012), a participação social deve ser encarada como um princípio democrático e pode ser entendida como intervenção ou interferência em um processo decisório, ainda neste artigo, o referido autor versa temas sobre o protagonismo do governo local após a promulgação da Constituição de 1988, debatendo que a esfera local têm maior proximidade e diálogo com o cidadão, sendo esta esfera profícua para o estabelecimento da participação social. Dessa forma, Diegues (2012), completa que a participação social têm sido elemento fundamental para as políticas públicas locais, conforme extração à seguir:

O incentivo a participação da sociedade civil e a criação mecanismos que possibilitem participação mais direta da comunidade na formulação, na implementação e controle das políticas públicas têm sido elementos fundamentais nos discursos de qualquer política pública, [...] não somente em função dos valores democráticos, mas principalmente pela incapacidade do Estado de formular e implementar políticas públicas (DIEGUES, 2012, p. 371 apud CRUZ).

Arns (sem data) adiciona mais um elemento chave para o estabelecimento desse mecanismo, a governança. Para o citado autor, a governança pode ser entendida como:

A governança está relacionada à capacidade de gerar respostas administrativas às demandas sociais que se apresentam ao governo, exigindo competência técnica e agilidade dos administradores públicos. No entanto, estes já não podem mais ser atributos só do aparato estatal, do governo, mas devem ser capacidades incorporadas a todo o tecido social, capacidades desenvolvidas por todas as representações sociais (ARNS, sem data, p.6).

Isto posto, vislumbra-se a governança pela perspectiva de compartilhamento de poderes, transformando o processo decisório e as demais capacidades de implementação de políticas do Estado, agregando à governança novos valores, conforme Arns discute, tornando-a social, solidária e democrática. Configurando-o este constructo da participação social atrelada à governança compartilhada temas centrais e fundamentais para a efetivação do fórum permanente de Educação Ambiental em Crato.

## A OCUPAÇÃO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – APA

A lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) nela encontram-se as normas de criação e gestão das unidades de conservação. Dentre as modalidades de unidades de uso sustentável temos a Área de Proteção Ambiental (APA) detalhada e definida pelo artigo quinze da lei:

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

O decreto que cria a APA da Chapada do Araripe foi ratificado em 04 de agosto de 1997, anos antes da criação do SNUC, sua área estende-se pelos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí. Os objetivos centram-se na proteção e conservação de sua fauna, flora, sítios cênicos da área, visando o equilíbrio entre este e o turismo, o trabalho científico e a cultura, para então finalizar A APA ainda corresponde a Zona de Amortecimento da Floresta Nacional do Araripe (FLONA-Araripe) estabelecida no Plano de Manejo desta.

Segundo Alves, et.al (2011) “a ocupação das áreas do entorno da floresta ao longo de anos vem trazendo danos irreversíveis a esta, pois nunca houve uma preocupação visando o futuro”. Esse problema tem consequências graves para a fauna e flora da Chapada do Araripe, ocasionando extinção de espécies e escassez de fontes de água. Novaes e Laurindo (apud Novaes et al., 2013) acrescentam dentre os problemas que afetam a área a pressão antrópica, esta é reflexo da expansão agrícola e a ocupação de moradia desordenada.

Para Alves et.al (2011) os conselhos e fóruns são imprescindíveis para discutir e refletir a compreensão do território para as gerações presentes e futuras e as ações educativas devem ser desenvolvidas junto à sociedade, à comunidade do entorno da floresta, para que haja sensibilização sobre a necessidade de preservação e conservação para as gerações futuras.

## INSTRUMENTOS DE PP

Sachs (2009) ao tratar sobre a gestão territorial explana sobre o contraste entre uma perspectiva de proteção, onde a natureza e as pessoas estão em posições conservadoras e, portanto a “natureza selvagem” assume um caráter intocável, e uma perspectiva com abordagem mais integrativa, onde enfatiza a necessidade de incorporar as pessoas ao processo de criação de reservas naturais. Para o autor uma política sem este meio integrativo de construção e implementação já se constrói como auto derrotada, visto que o acesso a natureza e a seus recursos, para aqueles que sempre dependeram destes consistiria em uma violação do seu direito à vida. (SACHS, 2009, p. 68)

O distanciamento da população no processo de planejamento pode produzir efeitos negativos na política, pois os cidadãos poderão encontrar empecilhos para compreender a importância da atuação da administração em um problema específico, principalmente quando os efeitos só serão observados em longo prazo. Por esta deficiência na atuação da administração pública que espaços de reservas são comumente invadidos e ocupados.

O que nos leva a interpretação sobre os instrumentos trazida por Lascoumes e Le Galès (2012), onde aqueles não se configuram e não se constroem de forma neutra, estando na verdade suscetíveis à presença dos atores. Para os autores, instrumentos são como instituições, segundo sentido sociológico do termo, pois fornecem um quadro estável de antecipações que permitem a redução de incertezas. Colocam que os instrumentos ainda são mais genéricos que as técnicas ou as ferramentas, o que permite sua aplicação a problemas setoriais diversos. (LASCOUMES, LE GALÈS, 2012).

Assim, ao contrário do que tradicionalmente se anuncia, a escolha de um instrumento não é uma decisão técnica, mas política, cujos impactos podem ser medidos por meio das relações de poder e das redes sociais criadas a partir dele. Para além dos seus efeitos declarados, os instrumentos promovem a reconfiguração das arenas políticas às quais estão vinculados, reorganizando relações entre os atores, impondo padrões interpretativos e estruturando as políticas públicas de acordo com suas próprias lógicas (AMORIM, BOULLOSA, 2013 p. 65).

Um fórum de educação ambiental como instrumento de política pública se fundamenta em uma visão multiatorial que enxerga a política pública como construto social, não como monopólio do Estado (AMORIM, BOULLOSA, 2013). Assim, enxergando o problema público como responsabilidade de toda a sociedade, sem excluir a responsabilidade do Estado, têm-se as diversas organizações da sociedade ganhando destaque no processo de decisão e formação da agenda:

Nesse contexto, as diversas organizações da sociedade ganham destaque nas arenas decisórias e na formação das agendas - pública e política, desenhando e ativando instrumentos de políticas públicas que, muitas vezes, tornam-se referência para a ação do Estado (AMORIM, BOULLOSA, 2013 p.62).

Esse pensamento evidencia a possibilidade de pensar as políticas como algo público, de interesse público e de responsabilidade de todos, bem como a possibilidade de que ações de iniciativa da sociedade possam refletir nas ações do Estado.

## METODOLOGIA

O percurso metodológico deste estudo é fundamentado sobre a perspectiva qualitativa, de natureza aplicada, tendo em vista à centralidade da prospecção do fórum permanente em educação ambiental, buscando a transformação local. Além disso, quanto aos objetos de pesquisa adequou-se à tipologia exploratória, levando em consideração as amarrações conceituais do método, em que segundo Gil (2007).

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35 apud GIL).

Desse modo, a análise é desenvolvida, agregando ainda o caráter bibliográfico com o recorte de estudo de caso. Assim, é vislumbrado que o estudo ancora-se sobre os referenciais teóricos dos construtos ambientais, das normativas legais e em diversos autores que debatem sobre participação social, principalmente, no que se diz respeito às políticas públicas e seus instrumentos. Tendo como objeto central o instrumento designado ao fórum em educação ambiental, de cunho local.

Os procedimentos empregados nesta pesquisa consistem na construção de um instrumento de políticas públicas que trate do problema da ocupação da área de proteção ambiental – APA da Chapada do Araripe, no município de Crato-Ce. Sua construção teve início com a elaboração de uma árvore de problemas, objetivando elencar causas e consequências que influenciam direta ou indiretamente na atual situação da APA. Após análise prévia, construiu-se a matriz GUT, que tem o intuito de priorizar os problemas e tratá-los de acordo com sua gravidade, urgência e tendência, ao que incluímos também o critério de exequibilidade.

Ao analisar a matriz GUT relacionando-a com a exequibilidade de ações voltadas a cada área descrita na árvore de problemas optou-se pela confecção de um fórum permanente de Educação Ambiental. Para construção do referido fórum foram mapeados atores com potencial de atuação. Buscando uma composição democrática, foram apontados atores de diversas esferas, como a pública, a privada e organizações sociais, bem como demais organizações de modo que houvesse máxima representatividade da sociedade do município.

Após identificação dos atores afins à proposta do fórum, construiu-se um cronograma de ações que viabilize todo processo de reunião desses atores a culminar na institucionalização do instrumento.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando aprofundar as percepções perante a realidade conflituosa vivenciada na Apa da Chapada do Araripe, foi construída uma árvore de problemas, requerendo desta, pesquisas e análises quanto às peculiaridades que envolvem o cenário da referida problemática e seus desdobramentos.

Após esse aporte de identificação do problema, bem como o mapeamento de causas e consequências, buscou-se por meio da matriz GUT verificar quais desses mecanismos seria apropriado para confecção do instrumento, para por fim, desenvolver alternativas que visem minimizar o contexto em questão. Às dimensões preconizadas pelo método de priorização GUT, somou-se uma nova dimensão, relacionada à exequibilidade de ações endereçadas à solução do problema gerador.

Tabela 1: Ocupação da APA da Chapada do Araripe no município Crato

	CAUSAS	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	PONTUAÇÃO	EXEQUIBILIDADE
1	Má fiscalização	4	3	2	24	5
2	Falta de fiscalização	5	5	4	100	4
3	Ausência de instrumentos adequados de fiscalização	4	3	3	36	5
4	Expansão agrícola	3	4	5	60	3
5	Ausência de projetos educacionais que tratam o tema de maneira direta	3	2	1	6	4
6	Crescimento populacional	3	1	2	6	2
7	Falha nos dispositivos de proteção florestal	5	5	4	100	5
8	Êxodo urbano	3	3	2	18	2
9	Exploração inadequada da fauna e flora encontradas na APA Cariri	5	4	4	80	3

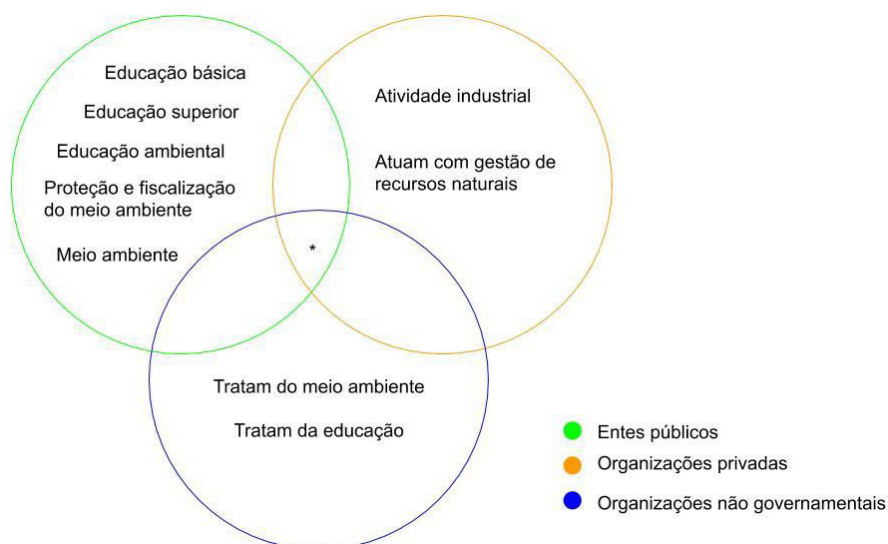
Fonte: Dos autores (2018).

Através da matriz GUT, e ponderando a exequibilidade das ações, o instrumento escolhido foi a ênfase na educação ambiental, que tem entre seus objetivos gerar as habilidades que uma participação ativa requer. Logo, observando a participação dos moradores da cidade de Crato quanto aos problemas ambientais do município, em especial as ocupações irregulares na APA Araripe, é perceptível a ineficiência da educação ambiental na cidade. Evidenciando a necessidade de ações que visem aumentar a atuação dos cidadãos frente a esses problemas e assim melhorar a fiscalização das áreas ambientais que estão em risco.

Diante do vasto patrimônio ambiental do Crato, há áreas essenciais que devem ser representadas no Fórum. Considerando o objetivo deste, foram mapeados atores dos entes públicos, entidades da sociedade civil e da iniciativa privada. Considerando a legitimidade e sua concretização, considera-se que a iniciativa deve partir da Secretaria Municipal do Meio Ambiente juntamente com a Secretaria Municipal de Educação do Crato, pois as mesmas possuem um poder de interlocução política mais forte, junto aos atores, e maior capacidade de articulação entre eles.

Para a formação do Fórum Permanente, foram-se mapeados os atores com potencial de atuação, sendo estes em sua grande maioria de caráter local, configurando assim o primeiro passo. O perfil mais adequado de organizações para integrar o Fórum, são aquelas que exercem atividades direta ou indiretamente ligadas à educação e/ou relacionadas ao meio ambiente. Elaborou-se a figura abaixo a fim de ilustrar a composição do fórum, a partir dos atores identificados no município do Crato.

Figura 1: Diagrama de composição para o fórum



Fonte: Dos autores (2019).

Após identificação de atores, construiu-se um cronograma de ações inspirado na ferramenta 5W2H, que funciona como um mapeamento das atividades previstas, composta por diversos direcionamentos e indicadores, quais sejam: onde ficará estabelecido (o fórum), o que será feito, quem fará o quê, em qual período de tempo, em qual área da empresa/instituição e, todos os motivos pelos quais esta atividade deve ser feita. Excetuando-se a última diretriz que trata do custo do processo.

Ressaltamos aqui os principais pontos desse cronograma: Inicia no mapeamento definitivo dos atores do território, buscando os perfis variados com objetivos alinhados. O primeiro contato e a primeira abordagem para com os atores de atuação mais desvinculada a atividade do fórum é essencial para possível adesão deste a este novo espaço de debate. Visto que atores de organizações privadas, apesar de executarem atividades que manejam diretamente recursos naturais, por vezes não possuem um elo transparente com a sociedade. A formalização do Fórum seria através de portaria do governo municipal e configura um passo importante em sua constituição.

É de fator primordial que o fórum utilize de audiências públicas para que sua constituição aconteça de maneira participativa e resulte em um maior nível de representatividade. Sendo ainda ideal que estas aconteçam em espaço onde esta atividade tipicamente seja executada para que a população não tenha problema em comparecer e estruturada de maneira a receber todas as propostas colocadas após a apresentação do instrumento. Assim, concluída a fase de construção e planejamento do instrumento, finaliza-se com a sua formalização legal, através de publicação no Diário Oficial do município e aprovação do regimento a se realizar na primeira reunião do Fórum de educação ambiental.

## POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

A criação de um Fórum Permanente de educação ambiental se mostra como um instrumento de grande potencialidade no que se refere a atuação e união de atores, no intuito de propiciar um ambiente favorável ao embate do problema local. Dentre este cenário, podemos citar alguns dos firmamentos que poderão ser fruto do referido fórum, consistindo em: políticas públicas educacionais ambientais; projetos e ações inter-organizacionais, também no sentido de alcançar o objetivo do fórum; programas de educação e promoção da sustentabilidade ambiental; mudança de práticas não sustentáveis por parte da população por meio da conscientização; inovações e práticas de sustentabilidade ambiental por parte das empresas e/ou órgãos públicos; incorporação de novos valores sustentáveis para a sociedade como um todo.

Para além desse quadro, temos diversas outras facetas que potencializam a efetivação do Fórum, dentre estes potencializadores, percebemos que o Crato juntamente com a APA da Chapada do Araripe proporcionam a toda sua região uma área de atenção e atrativo local, que por sua vez, agrega para si, um setor estratégico para atuação governamental, além da obrigatoriedade Estatal para conservação e preservação local, sendo os demais atores agregados por certos motivos particulares, haja vista que juntos conseguem entre si, a concretude de seus objetivos particulares. Ainda poderiam ser evidenciadas, nesta mesma perspectiva, as questões de responsabilidade ambiental das empresas privadas, a obrigatoriedade de entes públicos/estatais para atuação nesta área, e a necessidade de sindicatos e organizações rurais no trato dessas medidas, entre várias outras nuances, que em suma, potencializam a criação e a efetivação do Fórum.

Entretanto, há também algumas fragilidades que podem comprometer o sucesso e a implementação do Fórum. Como por exemplo: ausência de interesse das organizações envolvidas; a falta de compreensão da relevância do tema; possíveis interesses particulares que podem ser prejudicados com as ações do Fórum, além da própria logística estrutural brasileira para esse processo, os recursos escassos, dentre outros. Com isso entendido, é necessário que haja uma real compreensão social sobre as consequências da ocupação da APA, aliado ao consenso de como essa conjuntura pode afetar o panorama regional e não apenas a sociedade cratense, constando que essa problemática prejudica todo um ecossistema, envolvendo também as pessoas, as organizações, e a APA da Chapada do Araripe como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se após a construção do instrumento, e, sobretudo do caminho percorrido para sua consolidação que a proposta tem caráter social, no que tange a todos os integrantes da sociedade, não apenas a cratense, mas incluindo até outros municípios e estados. Por meio disso, entende-se que sua implementação poderá trazer consideráveis benefícios para a população que tem a APA da Chapada do Araripe como sua principal riqueza ambiental. Mesmo que percalços se apresentem ao longo do trajeto, a questão da ocupação nessas áreas precisa ser enfrentada, uma vez que os males por ela trazidos afetam todo um ecossistema, acarretando problemas múltiplos como já elencado.

A constante reflexão proposta no Fórum Permanente de Educação Ambiental é importante para traçar estratégias eficientes nas políticas públicas ambientais locais, minimizando assim os impactos trazidos pela ocupação da Apa da Chapada do Araripe. Todavia, as comunidades locais deverão ter papel essencial na construção desse novo mecanismo proposto, que por sua vez, interferirá de forma profícua nas relações sociais, ambientais locais, proporcionando o que já fora objetivado no decorrer deste estudo. Efetivar o desenvolvimento ambiental sustentável vai além do que se é previsto em lei, pois estabelecer parcerias e otimizar recursos são premissas de uma administração pública ambiental eficiente, que de fato faz a diferença.

Por fim, convém ressaltar a relevância de discutir as potencialidades e desafios inerentes à construção de instrumentos de ação pública, bem como a sua aplicação no contexto da implementação de políticas públicas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Esmeraldo, et.al. A importância da conservação/preservação ambiental da floresta nacional do Araripe para a região do Cariri - Ceará/ Brasil. *Revista geográfica de América Central*, vol. 2, julho-diciembre, 2011, pp. 1-10, Costa Rica.

ARNS, Paulo César. **Governança Democrática e Desenvolvimento territorial: Avanços e Limites das Iniciativas Brasileiras**. IADH, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano. Disponível em <[http://www.iadh.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Paulo\\_Cesar\\_Arns\\_Revisado.pdf](http://www.iadh.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Paulo_Cesar_Arns_Revisado.pdf)> Acesso em 29/08/2018. Sem Data.

AMORIM, Simone; BOULLOSA, Rosana de Freitas. O Estudo dos Instrumentos de Políticas Públicas: uma experiência em aberto para experiências de migração de escala. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**. V.2. N1. Pág. 59-69,

BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)> Acessado em: 02 de dezembro de 2018.

DIEGUES, Geraldo César. **A Construção da Participação Social na Gestão das Políticas Públicas: O Protagonismo do Governo Local no Brasil**. APGS, Viçosa, v. 4, n. 4, pp. 365-380, out./dez. 2012

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LASCOURMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós ciencias sociais*, v. 9, n. 18, 2012.

LINS, Luciana Grangeiro. **APAs (ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL) FEDERAIS Análise da APA da Chapada do Araripe**. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000828.pdf>>. Acesso em: 04 de Dez. 2018.

NOVAES, Roberto Leonan Morim; DE SOUZA LAURINDO, Rafael. Morcegos da Chapada do Araripe, nordeste do Brasil. **Papéis avulsos de Zoologia**, v. 54, n. 22, 2014.

PERIARD, Gustavo. **O que é o 5W2H e como ele é utilizado?** Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/o-que-e-o-5w2h-e-como-ele-e-utilizado/>> Acesso em: 28 de Nov. 2018.

SECCHI, Leonardo. Instrumentos de políticas públicas. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. Disponível em < [https://observatoriofogs.ufba.br/ObservatorioUfba/eixo\\_inovacao/visualizar\\_verbete.xhtml](https://observatoriofogs.ufba.br/ObservatorioUfba/eixo_inovacao/visualizar_verbete.xhtml) > Acesso em 26/08/2018. 2014